

PROVAS PÚBLICAS PARA ATRIBUIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA
na área CNAEF 345 – Gestão e Administração
Requeridas pela candidata Isabel Cristina de Oliveira Martins
Ata nº 1 – Apreciação preliminar

Ao terceiro dia do mês de maio de dois mil e vinte e dois, pelas 16:00 horas, reuniu o Júri nomeado para as provas públicas para a atribuição do “Título de Especialista” na área CNAEF 345 – Gestão e Administração, solicitadas pela candidata **Isabel Cristina de Oliveira Martins**, de acordo com o Art. 12.º do Regulamento de Atribuição do Título de Especialista do ISLA – Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia (ISLA-IPGT), constituído por: -----

- António Manuel de André Lencastre Godinho, Presidente do ISLA-IPGT, que preside; -----
- António Manuel Pereira Rodrigues Cunha, na qualidade de representante da Ordem dos Economistas; -----
- Carlos Alexandre Quelhas Martins, na qualidade de representante da Ordem dos Contabilistas Certificados; -----
- Carlos Manuel da Silva Rodrigues, na qualidade de docente na área para que são requeridas as provas, indicado pelo Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém; -----
- José Fernando da Silva Neto, na qualidade de docente na área para que são requeridas as provas, indicada pelo Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia; -----
- Simão Nuno Almeida de Soares Machado, na qualidade de docente na área para que são requeridas as provas, indicado pelo Instituto Politécnico da Maia. -----

A reunião realizou-se por videoconferência, de acordo com o previsto no n.º 6 do Art. 12.º, do DL n.º 206/2009, de 31 de agosto, na qual foram analisados os elementos que fazem parte da instrução do pedido, sendo eles os seguintes: -----

- 1) Requerimento para prestação de provas públicas para obtenção do Título de Especialista; -----
- 2) Currículo profissional; -----
- 3) Trabalho de natureza profissional. -----

Face à apreciação dos documentos referenciados, o Júri concluiu que, por maioria: -----

- a) A candidata satisfaz as condições de admissão às provas, pois detém a formação inicial superior há mais de 10 anos e tenha mais de 10 anos de experiência profissional no âmbito da área para que são requeridas as provas, com exercício profissional efetivo durante, pelo menos, 5 anos nos últimos 10 anos; -----
- b) A experiência profissional deverá ser alvo de melhor explicitação; -----
- c) A candidata apresentou um relatório que deverá ser reformulado. -----

Assim, o Júri decidiu, por maioria, solicitar à candidata: -----

- 1) Que a candidata deverá apresentar uma nova versão do referido relatório até ao último dia do mês de julho do presente ano; -----
- 2) Que, de imediato, uma cópia desta nova documentação deverá ser enviada a todos os membros do Júri, por forma a que se possa agendar a próxima reunião de Apreciação Preliminar; -----
- 3) Nessa mesma reunião será agendada a data de realização das provas públicas, caso o resultado seja positivo, ou a candidatura será recusada se o resultado for negativo. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que é do conhecimento e merece a concordância de todos os elementos do Júri e que vai ser assinada pelos

membros presentes fisicamente nas instalações do ISLA-IPGT aquando da realização desta videoconferência. -----

O Presidente do Júri:



(António Manuel de Andréa Lencastre Godinho)

A Vogal:



(José Fernando da Silva Neto)